

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0273 – 17/10 à 21/10/2022

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[STF: Licença-maternidade começa a partir da alta da mãe ou do bebê](#)

Migalhas - 21/10/2022

Por unanimidade, o STF entendeu que a contagem do termo inicial do período de 120 dias da licença-maternidade dá-se a partir da alta hospitalar da criança ou de sua mãe, o que ocorrer por último. Os ministros mantiveram a [liminar referendada](#) em 2020 em julgamento definitivo de mérito. O julgamento foi finalizado em plenário virtual na noite desta sexta-feira, 21.

Relembre

Em abril de 2020, o plenário do STF [confirmou liminar](#) deferida pelo ministro Edson Fachin e determinou que a data da alta da mãe ou do recém-nascido é o marco inicial da licença-maternidade. A decisão se deu na ADIn 6.327 e se restringia aos casos mais graves, como internações que excederem o período de duas semanas.

Conforme o relator, não há previsão em lei de extensão da licença em razão da necessidade de internações mais longas, especialmente nos casos de crianças nascidas prematuramente (antes de 37 semanas de gestação), e a medida é uma forma de suprir essa omissão legislativa.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministra Cármen Lúcia nega recurso da Riachuelo contra folga quinzenal de funcionárias aos domingos](#)

Supremo Tribunal Federal - 21/10/2022

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a condenação das Lojas Riachuelo S.A. a pagar em dobro às empregadas as horas trabalhadas em domingos que deveriam ser reservados ao descanso. Ao negar provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 1403904, a ministra observou que a escala diferenciada de repouso semanal, prevista no artigo 386 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), é norma protetiva dos direitos fundamentais sociais das mulheres.

[CNT pede suspensão de norma que altera pagamento de vale-alimentação](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/10/2022

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) a concessão de medida cautelar para suspender parte da lei que altera as regras para o pagamento do auxílio-alimentação. Para a confederação, a mudança interfere na negociação entre particulares e na livre concorrência entre empregadores e empresas que fornecem o vale-alimentação. A ação foi distribuída ao ministro Luiz Fux.

[Justiça do Trabalho deve julgar pedido de técnico para sacar FGTS em razão da pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/10/2022

A Oitava Turma do TST entendeu que é competência da Justiça do Trabalho julgar uma reclamação em que um técnico de ensaios elétricos de Blumenau (SC) pede a

a liberação dos recursos do seu FGTS em razão da pandemia da covid-19. Assim, determinou que a 3ª Vara do Trabalho de Blumenau julgue o caso.

[Posto de gasolina com 15 empregados deve reservar uma vaga para aprendizagem](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/10/2022

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou um mandado de segurança apresentado pelo Posto Divino Ltda., de Vitória (ES), que pretendia anular notificação para cumprir a cota de aprendizagem. O colegiado afastou o argumento da empresa de que, por ter menos de 20 empregados, a cota mínima de 5% de aprendizes não poderia ser cumprida, pois resultaria em menos de um.

Notícias do Executivo

[Salário mínimo e aposentadorias vão subir de acordo com a inflação](#)

Ministério da Economia - 20/10/2022

O ministro da Economia, Paulo Guedes, assegurou que o salário mínimo e as aposentadorias serão reajustados, pelo menos, de acordo com a variação da inflação. “Não há mudança de regra agora. É o que está valendo.”, disse o ministro durante coletiva de imprensa realizada, nesta quinta-feira (20/10), após sua participação em evento na Confederação Nacional do Comércio (CNC), no Rio de Janeiro. “Ninguém vai mexer com o salário mínimo e com os aposentados. Não tem isso de mudar regra para prejudicar o trabalhador”, enfatizou.

[Exposição a agentes químicos é o novo curso disponível pela EV. G](#)

Fundacentro - 18/10/2022

A Fundacentro e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) disponibilizam o curso “Avaliação qualitativa de risco: exposição a agentes químicos”, na plataforma da Escola Virtual de Governo (EV. G). O curso na modalidade de Ensino a Distância (EAD) é oferecido a profissionais que atuam na área de segurança e saúde no trabalho (SST), tais como especialistas em higiene ocupacional, técnicos e engenheiros de segurança, auditores fiscais do trabalho, médicos, toxicologistas, bem como empregadores. Também podem participar servidores públicos de qualquer esfera e Poder e cidadãos em geral.

[Fundacentro celebra 56 anos em 21 de outubro](#)

Fundacentro - 17/10/2022

A Fundacentro comemora seus 56 anos com o tema “Passado, Presente e Futuro na SST” (Segurança e Saúde no Trabalho) em 21 de outubro, a partir das 14h. Será o primeiro evento presencial desde a pandemia de Covid-19, que contará com a participação de servidores e convidados. Haverá transmissão pelo [canal da instituição no YouTube](#), com a exibição de painéis. O Painel História e Memória da Fundacentro contará com a participação da professora titular da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), Frida Marina Fischer, e do professor sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp - Baixada Santista), René Mendes, que também é articulador do movimento social “Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras”. A mesa será coordenada pela analista em ciência e tecnologia Cristiane Reimberg, autora do livro “Fundacentro – Meio século de Segurança e Saúde no Trabalho” e servidora da instituição desde 2012.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Denúncias de assédio eleitoral chegam a 251 em Minas Gerais](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/10/2022

O Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (MPT-MG) já tem instauradas 251 investigações, a partir de denúncias de assédio eleitoral. As denúncias vêm de todas as regiões do estado, sendo as mais recorrentes do Sul de Minas. Essas denúncias estão sendo investigadas tanto na sede do MPT-MG, em Belo Horizonte, como nas dez unidades que funcionam nas principais regiões do estado, que são as Procuradorias do Trabalho nos municípios de Uberlândia, Varginha, Coronel Fabriciano, Teófilo Ottoni, Divinópolis, Pouso Alegre, Patos de Minas, Montes Claros e Juiz de Fora.

[Nota Pública do MPT-MG, MPE e MPF sobre Assédio Eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/10/2022

O Ministério Público, instituição incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cumprindo sua missão constitucional, diante do atual cenário de inúmeras denúncias de Assédio Eleitoral nas relações de trabalho, vem a público informar e alertar a população de que é ilícita qualquer prática que objetive excluir ou restringir a liberdade de voto dos trabalhadores. Neste sentido, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho reafirmam seu compromisso de garantir que os direitos fundamentais dos trabalhadores sejam respeitados, em conformidade com a legislação em vigor e informam que todas as denúncias de assédio eleitoral serão apuradas com rigor e encaminhadas às autoridades competentes para a apuração dos ilícitos correlatos. Leia a [nota](#) na íntegra

[Instituições divulgam nota conjunta para coibir o assédio eleitoral no interior de São Paulo](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/10/2022

O Ministério Público do Trabalho (MPT) na 15ª Região, o Ministério Público Eleitoral - Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo -, a Defensoria Pública da União – Defensoria Regional de Direitos Humanos em São Paulo - e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Núcleo Especializado em Cidadania e Direitos Humanos - divulgaram uma nota conjunta à sociedade alertando para a proibição da prática de assédio eleitoral nas empresas.

Notícias do e-Social

[eSocial Web e app Empregador Doméstico: código de acesso será descontinuado e login será exclusivo pela conta gov.br níveis ouro e prata, a partir de 12/12/2022](#)

eSocial - 20/10/2022

Dia 11/12/2022 é o último dia para que os empregadores que acessam o eSocial utilizem o código de acesso e senha. A partir do dia 12, o código de acesso será descontinuado e os módulos Web e o app do Empregador doméstico somente serão acessados utilizando o login único da conta gov.br com nível de confiabilidade ouro e prata. Os empregadores que possuem conta gov.br com nível bronze devem aumentar o nível de confiabilidade para ouro ou prata, seguindo as orientações descritas na seguinte página: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/conta-gov-br/saiba-mais-sobre-os-niveis-da-conta-govbr/saiba-mais-sobre-os-niveis-da-conta-govbr>

Outras Notícias

[Assédio eleitoral nas relações de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 21/10/2022

É assustador o número de denúncias de assédio eleitoral às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. Segundo informações do Ministério Público do Trabalho (MPT), os relatos de assédio passaram de 52 para 364 casos, conforme levantamento realizado no último dia 18 de outubro, superando a totalidade dos casos registrados na campanha de 2018. Muitos relatos de ameaças de dispensa e promessas de benefícios estão sendo compartilhadas em redes sociais ou denunciadas às autoridades.

[Denúncias de assédio eleitoral explodem após 1º turno, diz MPT](#)

Consultor Jurídico - 19/10/2022

As denúncias de assédio eleitoral cresceram - e muito - após o primeiro turno das eleições. É o que diz o boletim do Ministério Público do Trabalho. Até o dia 2 de outubro, quando ocorreu a votação do primeiro turno, 45 registros de ocorrências foram feitos ao órgão. O segundo turno nem terminou e o número de denúncias não para de crescer, somando, até agora, 447 registros.

[STF volta a julgar saída unilateral do Brasil da Convenção 158 da OIT](#)

Migalhas - 21/10/2022

O STF retoma julgamento de importante questão trabalhista. Os ministros voltam a analisar ação contra [decreto Federal 2.100/96](#) pelo qual o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, denunciou a [Convenção 158 da OIT](#), que prevê proteção ao trabalhador contra a demissão arbitrária, sem justo motivo.

[Animaseg aponta que o mercado de EPI terá crescimento de 11%](#)

Revista Proteção - 19/10/2022

Associação Nacional da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho (ANIMASEG) anuncia a projeção de crescimento do setor de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para 11% em 2022. De acordo com o levantamento da Associação, a estimativa é que o setor deve encerrar o ano com um faturamento aproximado de R\$ 19,7 bilhões. Em 2021 a receita foi de R\$ 17,8 bilhões.

[Joinville e Pernambuco participaram do Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/10/2022

No dia 7 de outubro, o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas | Indústria da Construção encerrou as atividades da Semana CANPAT Construção 2022, promovida pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Joinville (SC) e Pernambuco (PE) participaram com ações presenciais em escolas.

[Diretor-geral da OIT pede proteção social e salários mínimos para responder à crise do custo de vida](#)

OIT - 17/10/2022

Em declarações feitas nas Reuniões Anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, a OIT exortou uma resposta à crise que reduza as desigualdades e promova a sustentabilidade, por meio de proteção social universal, aumentos salariais adequados, maior apoio às economias vulneráveis e respeito aos direitos trabalhistas.

Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CFM N° 2.323, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022](#) (DOU de 17/10/2022 Seção I Pág. 318) - Dispõe de normas específicas para médicos que atendem o trabalhador;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.110, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022](#) (DOU 19/10/2022 Seção I Pág.46) - Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);

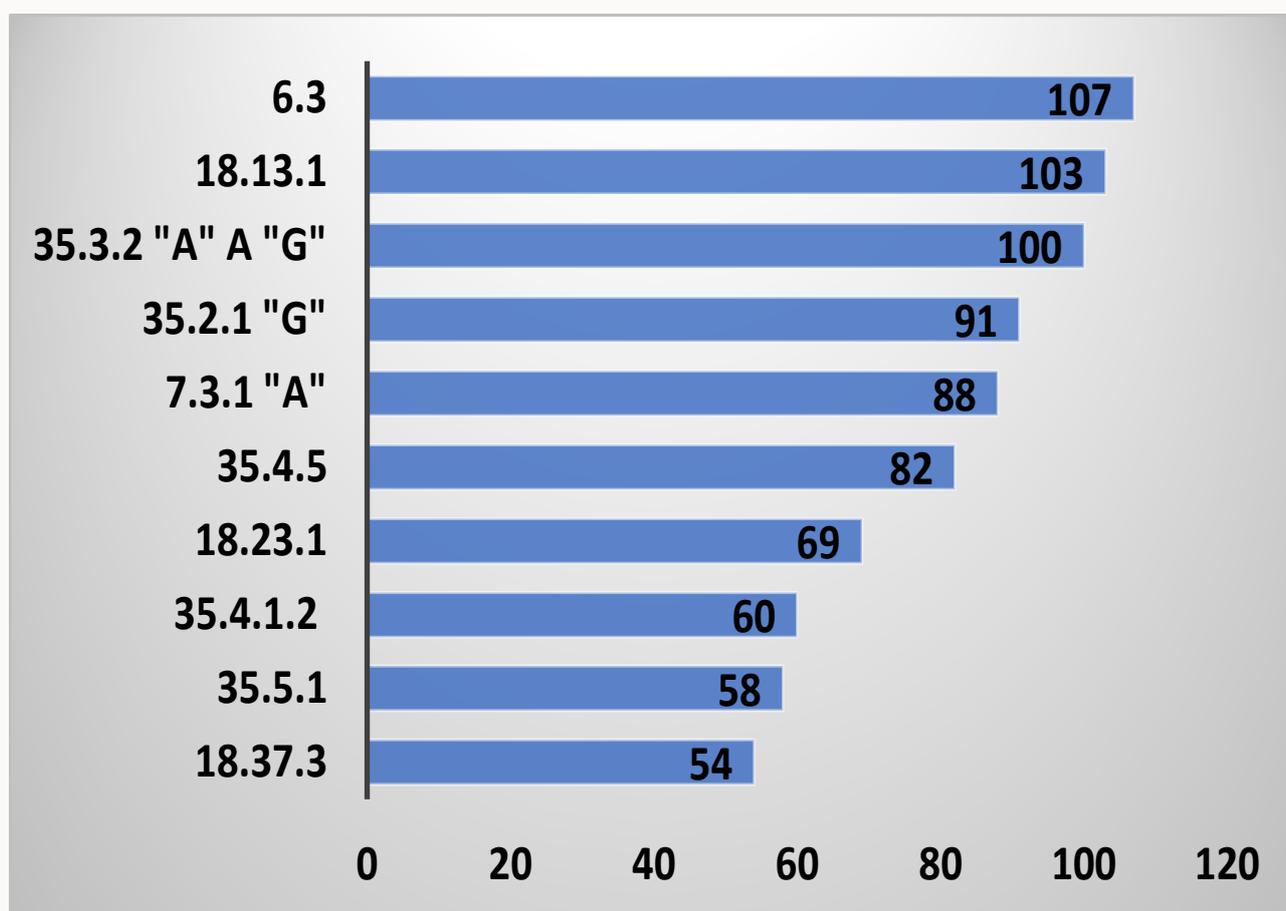
[PORTARIA CONJUNTA MTP/INSS N° 40, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022](#) (DOU de 20/10/2022 Seção I Pág. 87) - Prorroga o prazo de vigência da Portaria Conjunta MTP/INSS n° 7, de 28 de julho de 2022, que, na forma do § 14 do art. 60 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991. (Processo n° 10128.104313/2022-77);

[RETIFICAÇÃO](#) (DOU de 20/10/2022 Seção I Pág. 88) - Correções na nova redação da Norma Regulamentadora n° 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados.

[RETIFICAÇÃO](#) (DOU de 20/10/2022 Seção I Pág. 88) - Correções na nova redação da Norma Regulamentadora n° 13 - Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento.

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan/ago):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

35.4.1.2 Cabe ao empregador avaliar o estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura, garantindo que:

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

18.37.3 É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula